

IDENTIDADE E VISUALIDADE DO MST*

Christa Berger**

É difícil defender só com palavras a vida (ainda mais quando ela é esta que se vê, severina).

João Cabral de Melo Neto

RESUMO: Com este trabalho é problematizada a questão da identidade na cultura contemporânea, através da observação de duas noções – pluralidade de registros e alteridade – em funcionamento na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e, nas apropriações que dele são feitas pela mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MST; Identidade; Visualidade.

ABSTRACT: In this paper, it is questioned the issue of identity in contemporary culture, through the observation of two notions – plurality of registers and alterity – as carried out in the constitution of The Landless Workers Movement (MST) and how the media deals with it.

KEY WORDS: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MST; Plurality; Alterity.

* Este texto foi apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na Mesa Meios de Comunicação, Identidades e Reelaborações Culturais. INTERCOM, Manaus, 3 set. 2000.

** Professora Adjunta Departamento de Comunicação da FABICO/UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Pesquisadora CNPq.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é exemplar para a observação, tanto da construção da identidade de um movimento social contemporâneo como das apropriações simbólicas que dele são feitas com a finalidade de lhe conferir uma identidade pública. Com o pensamento voltado para o papel que a mídia desempenha no pertencimento a este tempo marcado pela reivindicação da diferença e pela imposição da desigualdade é que o MST aflora à compreensão da natureza que a prática política dos excluídos adquire no Brasil.

Na primeira parte do trabalho descrevo através da história da constituição do MST os sinais que lhe conferem uma identidade de Movimento Social e, na segunda, a visualidade que os MCM lhe dão, propondo e compondo, também uma identidade.

Dois noções, entre as tantas possibilidades, me interessam para adentrar na questão da identidade. A primeira, diz respeito, a pluralidade de registros – simbólico, real e imaginário – que constitui toda identidade, que é dada em processo e na história, formando uma *instabilidade essencial*, no dizer de Chantal Mouffe (1999). Nega-se, assim, uma essencialidade* pura ou uma identidade oculta e se reconhece na afirmação ou constituição da identidade uma dialética de instabilidade/fixação. Um Movimento Social, portanto, se constitui no encontro de registros de carências e de exclusões de sujeitos sociais em conjunturas políticas específicas.

A segunda noção ensina que a condição de existência de toda identidade é a afirmação de uma diferença. A existência de um outro, exterior e oposto é que oferecerá as condições de emergência de um Movimento. Se trata da criação de um “nós” pela delimitação de um “eles”, sendo que a relação nós/eles pode variar de relação entre *inimigos* ou entre *adversários* (esta imprescindível na ação política). É a noção de alteridade que nomeia esta condição de reconhecimento da identidade.

* Impossível falar em identidade, sem esclarecer o lugar de onde se fala. No mundo contemporâneo, a noção de identidade como resultante de nosso pertencimento a determinadas estruturas fixas e estáveis é questionada e observada. As identidades modernas (coletivas ou individuais) estão sendo descentradas, são fragmentadas e descontínuas. As sólidas localizações que davam suporte a “identidade” como classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade recebem novos cruzamentos. Descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocamento está em mente hoje quando falamos em identidade. Seja no caso de um Movimento Social ou da Imprensa.

É a partir da apresentação que o Movimento faz de si em um documento oficial que vamos buscar suas pegadas identitárias:

“O MST é um movimento de massas formado por trabalhadores rurais e por todos aqueles que querem lutar contra a pobreza e as desigualdades sociais no campo. Surgiu a partir de lutas concretas de ocupações de terra, latifúndios, no período de 79-83. “Em 1984, se conformou como um movimento nacional, está completando 15 anos de atividades.

“Existem no Brasil em torno de 4,5 milhões de famílias sem terra, a maioria vivendo abaixo do nível de miséria (ganhando menos de dois dólares por dia).

“O MST tem por objetivo acabar com a pobreza no campo, com as desigualdades sociais e obter mudanças sociais em toda a sociedade, e considera que um dos caminhos para alcançar os objetivos é a realização da reforma agrária. Reforma agrária compreendida como democratização da propriedade da terra, reorganização da agricultura voltada para a soberania alimentar e para a reformulação das agroindústrias.

“Como atua? Ao longo de sua trajetória o MST se organizou de tal forma que se caracterizou como um movimento social de massas, que junta ao mesmo tempo as características de ser um movimento popular, aonde participam todos os que quiserem, sem burocracia ou filiação, mas ao mesmo tempo, tem um caráter sindical ao lutar por conquistas concretas para os camponeses. É também um movimento político, pois lutar por reforma agrária no Brasil, atinge diretamente os interesses da oligarquia rural e do Estado.

“Nesses anos todos o MST vem desenvolvendo inúmeras formas de luta, sempre massivas, tais como: ocupações de terra, caminhadas, passeatas nas cidades, longas marchas de até mil quilômetros, ocupações de prédios públicos, etc...

“Nossas conquistas. Ao longo desses 15 anos, já conquistamos terra para mais de 200 mil famílias de trabalhadores rurais, numa área equivalente a sete milhões de hectares, depois de termos realizado mais de duas mil ocupações massivas de latifúndios.

“Procuramos desenvolver diferentes formas de cooperação agrícola nas áreas conquistadas, aonde temos mais de 400 associações de agricultores e 81 cooperativas de produção e comercialização. E já estamos instalando algumas agroindústrias na área de carnes, laticínios e frutas.

“Nas áreas reformadas procuramos desenvolver um novo método de educação, garantindo que todos tenham acesso à escola e que sejam aplicados conhecimentos voltados às necessidades dos trabalhadores.” (MST, 1999).

Fica claro, pelas palavras do MST, que o Movimento tem uma instabilidade essencial. É da sua essência a luta – que aglutina, organiza, reivindica e propõem. Mas não é fixa/rígida sua composição: é dos trabalhadores rurais e de todos aqueles que lutam contra a pobreza e as desigualdades, onde participam todos os que quizerem (sem burocracia ou filiação) diferente dos sindicatos e dos partidos, por exemplo, numa definição interna (das organizações de trabalhadores) do *nós*. É um movimento de massa, mas tem características de sindicato e também de um movimento político. A essência, a fixidez do movimento está na sua composição: é constituído pelos que não tem terra e trabalho mas são inconformes com o destino de pobreza e exclusão. Por isso a opção de lutar, que aparece no chamamento aos sujeitos cujo ponto em comum é estar excluído e desejar outra condição. Não basta não ter, é preciso não ter, estar inconformado com a condição e desejar vir a ter.

“O MST, diz frei Sérgio Görgen, se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem terra, que tem caráter, ao mesmo tempo sindical (porque luta pela terra para resolver os problemas econômicos das famílias), popular (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais). A dificuldade em entender seu caráter é porque não se enquadra nas formas tradicionais de classificar Movimentos Sociais, reunindo em um só movimento três características complementares: sindical, popular e político.” (1999).

Portanto, a identidade como resultante de *um* condicionante único não ocorre na configuração nem mesmo de um Movimento Social.

Fica claro, também, que sua identidade – *nós*, os 4,5 milhões de famílias sem terra – está em oposição ao *eles* – a oligarquia rural e o Estado. Identificar a relação proposta entre o *nós/eles*, confirma a não fixidez do movimento – ora são inimigos ora são adversários. Oligarquia e Estado não sempre compõem um *eles* unitário, por isso, não interagem no mesmo tom com o Movimento. “A força do latifundiário

vem do dinheiro; a do governo, da polícia; a nossa na capacidade de juntar gente, de conscientizar,” diz João Pedro Stédile, (2000) identificando com precisão o “capital” dos sujeitos sociais em relação.

Deixando de lado, a auto-apresentação do Movimento, podemos buscar os *registros* que fazem confluír para a existência do MST e que compõem sua identidade. O primeiro, me parece é o *registro* de um dado de realidade – o quadro desolador no campo:

As propriedades com menos de 50 hectares têm uma renda mensal inferior a um salário mínimo; o baixo nível de renda segue incentivando o êxodo rural; no nordeste, onde vive 46% da população rural, a agricultura é extremamente atrasada; o nível de mecanização é insuficiente, nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, apenas 10% usam tratores. Segundo o último censo agrícola do IBGE (1996), 44% das terras do Brasil são ociosas. Apenas 264 dos imóveis rurais classificados como latifúndios e com área superior a 100 mil hectares controlam 33 milhões de hectares. Se fossem desapropriados apenas esses imóveis, se poderia assentar 1,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra. As famílias de sem terra somam pelo menos 4,5 milhões. O desemprego (rural e urbano) aumentou sensivelmente e a Reforma Agrária é mais prometida do que implantada.

É também um dado de realidade a violência que acompanha a luta pela terra. Pistoleiros pagos aliados dos policiais comprometidos com os fazendeiros fizeram entre 1964 e 1995, 1635 vítimas fatais. Os 19 mortos de Eldorado dos Carajás e os dez de Corumbiara evidenciaram nos últimos anos que *nós* e *eles* ainda assumem, quando necessário, o lugar de inimigos mortais.

Exclusão do mundo do trabalho, exclusão da vida no campo, alternativas de organização e resistência fazem afluir ao Movimento e se constituem no primeiro registro de identidade do MST. Os que compõem o *nós* estão entre os excluídos: foram perdendo a terra, o trabalho, o financiamento, a comida, a identidade. É a falta, a carência o primeiro indício de identidade do *nós* – eles são *sem-terra*, logo a sua condição de existência está ausente. A existência do colono, assim como do trabalhador rural se dá na sua relação com a terra – como proprietário de seu “pedaço de chão”, ou que empresta sua força de trabalho para cultivá-la. Quando ele perde a terra, além de perder sua fonte de sobrevivência material ele perde um indicador de identidade – a relação com a terra. Quando ingressa no Movimento para lutar por ela, antes de garantir seu sustento pelo retorno a

ela, ele readquire sua identidade, pois volta-se (pela ausência não só lamentada, mas reivindicada) para sua marca de existência – a terra.

Quando o MST conta seus antecedentes históricos, observa-se que pela memória selecionada se dá o segundo *registro* de identidade – o simbólico. Fala o MST:

“O MST não é algo novo na história do Brasil. É a continuidade das lutas camponesas, em uma nova fase. Durante a Colônia (até o final de 1800), os índios e negros protagonizaram essa luta, defendendo territórios invadidos pelos bandeirantes e colonizadores, ou unindo a luta pela liberdade com a da terra própria e construindo os quilombos. No final do século 19 e início do nosso século, surgiram movimentos camponeses messiânicos, que seguiam um líder carismático. São exemplares os movimentos de Canudos, com Antônio Conselheiro; do Contestado, com monge José Maria; o Cangaço, com Lampião e diversas lutas regionalizadas.

“Nas décadas de 30 e 40 ocorreram conflitos violentos, em diversas regiões, com posseiros defendendo suas áreas, individualmente com armas nas mãos. Entre 1950 e 1964, o movimento camponês organizou-se enquanto classe, surgindo as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Esses movimentos foram esmagados pela ditadura militar, após 64, e seus líderes foram assassinados, presos ou exilados. O latifúndio derrotou a reforma agrária. Mas entre 1979 e 1980, no bojo da luta pela democratização, surge uma nova forma de pressão dos camponeses: as ocupações organizadas por dezenas ou centenas de famílias. No início de 1984, os participantes dessas ocupações realizaram o primeiro encontro, dando nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.” (MST, 1999).

O que o documento diz é que a luta atual tem história e está imbricada na história do Brasil: junto do *nós* estão índios, negros, posseiros e camponeses. E junto da reivindicação pela terra (justificativa primeira de luta) está a luta pela liberdade (de índios e negros), com um componente messiânico que se transforma, posteriormente, em vínculos com diferentes igrejas cristãs.

O eco das lutas passadas está presente na organização atual do Movimento. São recorrentes, nas manifestações das lideranças, as lembranças dos conflitos históricos que envolvem a terra. O *nós* é com-

posto não só pelos que participam atualmente do movimento, mas, também estão incluídas as vozes dos excluídos do passado. Já houve quem lutasse pelo que eu luto e o fim trágico, de aniquilamento, pelas forças governamentais dos que me antecederam funciona como confirmação de como os excluídos que reivindicam são tratados. A essencialidade, portanto, do Movimento, o que é permanente é a reunião dos excluídos *da terra que lutam pela terra*. Se é fixa a essência (gira em torno da terra) e é fruto da desigualdade estrutural, é descontínua sua organização (Canudos, Contestado, MASTER, MST).

Outro aspecto do *registro* simbólico do Movimento é o componente messiânico/cristão, que tem muitas associações com a terra. Romarias, caminhadas, procissões tem a mesma estrutura. Andando em grupo, por longos trajetos, orando ou dizendo palavras de ordem, carregando rosários ou foices, remetem a uma tradição popular de fazer caminhadas em direção a um lugar santo, com fins penitenciais, de invocação ou de agradecimento por graças alcançadas. A terra prometida tem muitos significados: pode estar no paraíso ou em um assentamento. Diz Gäede:

“(...) colonos e hebreus representam grupos que em momentos e situações distintas, foram protagonistas de rupturas com sistemas sociais adversos. Tanto no caso dos hebreus, como no dos colonos, está presente de forma marcante a questão da ocupação de novos espaços. Os colonos saíram dos espaços periféricos para ocupar um lugar central no Movimento. O povo hebreu abandonou os espaços de exploração egípcia e, vencendo extraordinariamente a barreira do mar, irrompeu no novo espaço do deserto, onde pôde traçar seus próprios caminhos.” (1991).

O autor lembra que o deserto foi a libertação dos hebreus, poderíamos dizer que as ocupações são a libertação dos sem terra: os dominantes já não tem mais o mesmo domínio quando os excluídos se organizam. E quando eles se rebelam não é apenas contra a privação e a fome, mas também contra a humilhação a que estavam submetidos.

Por último, sem entrar em uma discussão conceitual das diferenças entre o *registro* simbólico e imaginário, podemos identificar mais um plano de constituição da identidade do MST. Se identidade e paternidade são conceitos mutuamente dependentes, pensar a marca identitária (imaginária) do MST é buscar as conexões desta relação.

Esta terra nomeada pelos portugueses como paradisíaca, terra cujo nome lembra a madeira que foi extraída das matas nativas até a extinção, pertence ao colonizador, que a condenou a ser violada, explorada e possuída. É o colonizador quem dá nome à terra. Diz Contardo Calligaris,

“(. . .) talvez a figura do colonizador nos explique alguma dificuldade específica de qualquer reforma agrária neste país. Expropriar, mesmo que não implique nem de longe “privar” é, de qualquer forma um gesto político inaceitável para o colonizador, pois contradiz o essencial de sua empresa... Pois foi para possuir a terra, só por isso, que o colonizador veio.” (1991).

É este o *eles* ancestral que se opõe ao *nós* dos colonos, também, ancestrais, que fugindo da miséria europeia vem em busca de trabalho na terra. As gerações subsequentes atualizam os lugares de colonizador e colono, marcando o olhar sobre a terra – Terra de Propriedade X Terra de Trabalho. “Esta terra é minha” foi a palavra de ordem do colonizador que fez leis para possuí-la e elegeu governantes para defendê-la. “Esta terra é de todos” revidam os colonos reunidos em torno do MST.

A compreensão da identidade não como algo fixo e dado, permanente e estável, mas estruturalmente aberta e descontínua, permite dizer: esses homens que lutam pela terra e que ameaçam com seus instrumentos de trabalho nas caminhadas e ocupações carregam no bolso a bíblia, levam no braço o filho, são provocados por suas mulheres a introduzir na questão de classe as de gênero, e acompanham as caminhadas, cantando. São hinos de fraternidade (a fraternidade se constrói sonhando junto), de denúncia (como é que este povo vive nesta situação, o rico fica como tudo e o pobre sem um tostão), de martírio (há tanta dor, tanto pranto, há cruces beirando a estrada, há pedras manchadas de sangue), de conclamação (pegue os cereais e a lona, junte a criançada pois sem terra organizado é terra ocupada) e de redenção (graças damos terra mãe). O que os reúne e mantém é a desigualdade impressa na estrutura social do país, mas também os diferentes graus de consciência, de expectativa e de comprometimento. Este movimento de massa expressa a desigualdade na composição dos diferentes anseios.

Na verdade, o MST explicita a derrota de colonos e caboclos, contando a história dos vencidos em oposição a história dos vencedores cuja origem está lá nos colonizadores, transformando sua exclusão econômica e produtiva em um capital. É a ausência de terra,

de trabalho e de vida digna que explica e sustenta o Movimento. Por isso, a terra reivindicada por eles encampa outros territórios, como a organização e a solidariedade e remete ao desejo mais arcaico em direção à Terra Prometida – de fartura e de paz.

A palavra de ordem – Ocupar, Resistir, Produzir – traduz a essência do Movimento: são verbos de ação, propositivos e identitários do *nós*. Só os que nada tem a perder se expõem a uma ocupação de terra, e por ela resistem para nela produzir. A seqüência das ações é linear e progressiva. É preciso ocupar (para tanto é preciso lutar), depois resistir (pois a ocupação não é autorizada), para então produzir – conquista derradeira da Terra Prometida: terra de todos, terra da fartura, terra mãe, acolhedora e dadivosa. Terra sonhada e imaginada.

Assim, cumpro a primeira parte do trabalho que diz respeito a compreensão da identidade de um Movimento Social, cuja essência está na ausência – é a falta, a carência, o interdito que faz estes sujeitos despossuídos lançarem-se na aventura de re-nomear a terra – não será para sempre dos colonizadores, não é da oligarquia, nem do Estado. Não é para ser usufruída pela posse improdutiva. E é o colono quem vai (re)dizê-la coletivamente. Batizando-a como terra de trabalho, de pequena produção coletiva, conquistada pela luta e não presenteada ou herdada, a terra deixará, enfim, de ser a prometida d'eles para ser a prometida d'nós.

A segunda questão, diz respeito, às reelaborações culturais do movimento que *está na boca do povo*. Não há brasileiro que nunca tenha ouvido falar do MST, talvez poucos não tenham uma opinião formada sobre ele. A pergunta é: Quem faz a cara pública do Movimento? Quem direciona e dá os contornos da opinião acerca dele?

A sua ação – ocupações, caminhadas, discursos, reivindicações, audiências – precisam, para repercutir socialmente, da materialidade da língua e da travessia dos meios. Agora, o *nós* (o MST) atua em relação a *eles* (a Mídia) pretendendo cumplicidades, pois o Movimento depende deste *eles* para tornar pública sua luta. São adversários atuando na disputa pelos sentidos. Os MCM, como mediadores privilegiados dos acontecimentos do mundo, tem por função e objetivo fazer ver, que se transforma em determinadas circunstâncias também no objetivo de fazer crer. Portanto, eles não só expõem, tornam público os acontecimentos, dão visibilidade, mas ao fazê-lo deixam as marcas do lugar de enunciação, orientando a interpretação dos acontecimentos.

“O governo procurou, sistematicamente, plantar sua interpretação nos órgãos de imprensa, usando uma mentira atrás da outra. A imprensa sofre das mesmas contradições que o resto da sociedade: há veículos que são mais servís ao poder econômico e ao governo, e outros mais independentes. Assim como há jornalistas mais honestos, há também outros mais calhordas, que se prestam a qualquer tipo de serviço sujo.” (STÉDILE, 2000).

Aqui, a compreensão de que também na mídia não há uma identidade única, nela há uma essencialidade não fixa, para seguir na nossa denominação. A essencialidade, no sentido técnico, consiste na sua vocação de informar, dar a conhecer os fatos. A essencialidade, no sentido histórico, está em suas relações – de cumplicidade e subserviência ao poder: são relações, em primeiro lugar, de classe. No entanto, em diferentes conjunturas aconteceram experiências de fissuras na relação, com proprietários da imprensa indispondo-se com governantes e jornalistas interrompendo o discurso hegemônico, ora falando nas entrelinhas, através do humor; ora criando jornais alternativos que fizeram alianças com os excluídos. A mídia é pensada e descrita como sendo unificada quando ela é atravessada por profundas divisões internas, sendo unificada apenas no exercício da função de informar.

Por isso, o dirigente do MST, diferencia jornais e jornalistas. Em 1996, o 27. Congresso dos Jornalistas, realizado em Porto Alegre, recebeu uma carta do Movimento que é um registro exemplar da reflexão realizada por eles sobre a função dos jornais e dos jornalistas, outra vez, dando a conhecer sua diferenciação de jornais e jornalistas.

“Diante da dor e da tragédia que foi o massacre dos companheiros sem terra no Pará, ficou mais uma vez evidente para o MST, a importância do trabalho que vocês desempenham nos meios de comunicação deste país.

“Graças a presença e à reação da repórter da TV Liberal Marisa Romão, e do cinegrafista da TV, Oswaldo Araújo, muitas pessoas foram salvas. Além disso, o testemunho deles se tornou fundamental para nós, já que palavra de sem terra costuma valer muito pouco diante de autoridades que estão fazendo o que podem para se eximir desta responsabilidade.

“É pelo olhar de vocês e pela indignação que ele reflete que mais este massacre não está passando despercebido pela sociedade. “Por isso, queremos deixar registrado o enorme valor

que nós damos para este trabalho árduo que vocês estão tendo. E quando vocês pautam e descrevem a nossa luta, vocês a iluminam tornando-a conhecida para o povo brasileiro.

“O poder no Brasil sempre soube onde os sem terras andavam, até porque faz tempo que nós teimosamente cobramos a realização das promessas de reforma agrária, que só a conta-gotas saem do papel. Mas quando vocês contam e registram esta história é que nós passamos a ser conhecidos pela sociedade.

“Sabemos que só assim massacres hediondos como o do Pará não voltarão a ocorrer e quem sabe a Reforma Agrária, sonho de todos nós, torne-se de fato uma realidade no Brasil.”

A carta foi assinada por Gilmar Mauro*, um dos dirigentes do MST. Importa ver, em primeiro lugar, como o MST identifica o papel de mediador dos jornalistas – “quando vocês pautam e descrevem nossa luta vocês a iluminam (...) quando vocês contam e registram esta história é que nós passamos a ser conhecidos pela sociedade.” Os jornalistas, neste caso, são cúmplices dos sem terra. Em outras são cúmplices dos com terra.

Trago dois exemplos de publicações recentes para comprovar como a imprensa é desigual na sua exposição do MST. A que cumpre a recomendação do governo federal é a que atinge um maior número da população brasileira e corresponde ao tom das emissoras de tevê e dos jornais regionais, ou seja, a versão preponderante; a segunda, restrita a quem pode escolher o que quer ler. Na diferença, bem vinda, ainda as marcas da desigualdade. Ou seja, ainda que existam diversos veículos disponíveis há alguns que dominam o cenário e estão disponíveis à maioria da população.

A *Vêja* de 10 de maio, trouxe na capa o título A Tática da Baderna. Os bastidores da produção dessa reportagem foram contados por um documento anônimo, supostamente escrito por alguém que trabalha na própria *Vêja* e que circulou amplamente pela Internet. O documento, desmentido pela direção da revista, conta como o secretário de Comunicação da Presidência da República, Andréa Matarazzo (o mesmo que proibiu a veiculação da entrevista com Stédile, feita pelo programa Opinião Brasil da TVE alguns dias antes), negociou com os editores da revista uma matéria contra o

* Gilmar Mauro escreveu o documento em nome do MST, enviando a correspondência ao 27. Congresso de Jornalistas, FENAJ, realizado em Porto Alegre, RS, no período de 22 a 27 de abril de 1996.

MST e como a *Vêja* montou a reportagem. Até mesmo entrevistas foram desmentidas posteriormente, como a do professor José de Souza Martins da USP.

A matéria fortemente ilustrada faz montagens, usa expressões e traz informações evidentemente contrárias ao Movimento. Como o título A Pregação do MST e a Analogia entre James Bond (este autorizado pelo governo a cometer um crime sem ser punido por ele) e o MST – *chefiado* por João Pedro Stédile, que “(...) se sente autorizado a cometer crimes porque as autoridades se constroem em aplicar a lei quando o infrator carrega uma bandeira do MST.” São, então, listados os crimes.

No mês seguinte, a revista *Caros Amigos* faz uma grande entrevista com Stédile, cujo título é Terra de Todos. O olho apresenta o MST assim:

“Considerado internacionalmente um fenômeno inédito na história das chamadas lutas populares, o Movimento dos Sem Terra está despertando consciências para um olhar realmente novo do que vem a ser cidadania. Esta entrevista de João Pedro Stédile, um dos 21 líderes do Movimento, é uma lição de interpretação da atualidade brasileira e uma proposta - pacífica - que deve empolgar a sociedade.”

Nesta publicação o MST tem uma proposta pacífica, de construção da cidadania, de reconhecimento internacional. Na *Vêja*, o MST invade prédios públicos, carros são destruídos por eles, e a polícia não tem armas para enfrentá-los. A opinião agora é de que membros do MST devem ser tratados como criminosos comuns.

Duas modalidades de contar a luta, de fazer ver o Movimento e de fazer crer, ora, de que é um movimento legítimo pela Reforma Agrária, ora um movimento de delinquentes. Reelaborações feitas sobre os fatos desde lugares distintos de enunciação. Constatar as diferentes apropriações, ou seja, ouvir as múltiplas vozes enunciando o fenômeno não autoriza deixar de anotar que a diferença se inscreve na desigualdade. Não todos terão igualmente condições de usufruir das versões e, assim, comparar e tirar suas conclusões. A desigualdade estrutural faz com que o acesso à informação também seja desigual. A uns cabe ver a Globo, ler a *Vêja* e assim ouvir contar o MST. A outros cabe ver a Globo, ler a *Vêja*, *Caros Amigos*, e, não só ouvir outra narrativa sobre o MST, como ler os bastidores do modo de fazer ver da *Vêja*, pela Internet.

Quero concluir afirmando que a terra e o texto propiciam reelaborações culturais e políticas. Assim como a terra transformou imigrantes em brasileiros, despossuídos em proprietários, fez também o percurso inverso, quando pela ausência dela, fez o perdedor individual tornar-se militante organizado. A terra e a falta dela provoca consciência e dá sentido à vida.

Também, o texto jornalístico é lugar de reelaborações, pois faz o acontecido entre os colonos acontecer para os leitores, deslocando a cena vivida no campo para o universo da cidade e as esferas do poder, promovendo uma identidade do Movimento através da legitimação de sua luta ou de sua demonização.

Talvez, o exemplo maior da desigualdade no acesso às vozes faladas sobre os sem terra, esteja no privilégio dos que podem folhear o livro de fotos de Sebastião Salgado, ler a introdução de José Saramago e ouvir o CD de Chico Buarque. Ou dos que podem assistir no cinema aos filmes de Tetê de Moraes – Terra para Rose e Sonho de Rose – premiados nos festivais de Havana, Berlim, Brasília, mas muito pouco apreciados pelos brasileiros que são sem livro, sem cinema e sem boa música.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- 2 CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil*. Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1991.
- 3 GÄEDE, Leonídio. *Sem-terra: a praga de faraó*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS.
- 4 HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- 5 MST. *Documento*. São Paulo, 1999.
- 6 MUOFFE, Chantal. *El retorno de lo político* (comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical). Barcelona: Paidós, 1999.
- 7 OINEGUE, Eduardo. Sem Terra e Sem Lei. *Veja*, São Paulo, v. 33, n. 19, p. 42-49, 10 maio 2000.

8 SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

9 STÉDILE, João Pedro. Terra de Todos. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 4, n. 39, jun. 2000.